



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.289, DE 2024**

**(Do Sr. Tião Medeiros)**

Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que “Dispõe sobre a arbitragem” e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, para disciplinar a possibilidade de execução de títulos judiciais e dá outras providências.

### **DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2024**  
(Do Sr. **TIÃO MEDEIROS**)

Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que “Dispõe sobre a arbitragem” e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil, para disciplinar a possibilidade de execução de títulos judiciais e dá outras providências.

Apresentação: 16/04/2024 18:22:10.263 - Mesa

PL n.1289/2024

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que “Dispõe sobre a arbitragem” e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, o Código de Processo Civil.

**Art. 2º** Os artigos 1º, §2º, 3º, e 4º; 6º, caput e parágrafo único; 22-Cº, parágrafos 1º e 2º e o artigo 31, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art 1º .....

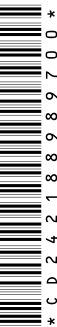
§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta ou indireta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações.

§3º A Administração Pública direta e indireta poderá estabelecer convênios com câmaras de arbitragem para processamento de suas execuções fiscais.

§4º O Poder Judiciário poderá celebrar convênio com câmaras de arbitragem a fim de direcionar execuções de títulos judiciais ou extrajudiciais para processamento na esfera da arbitragem.

Art 6º Não havendo acordo prévio sobre a forma de instituir a arbitragem, a parte interessada manifestará à outra parte sua intenção de dar início à arbitragem, por via postal ou por outro meio qualquer de comunicação, mediante comprovação de recebimento, expedida pela Câmara Arbitral que deseja que proceda a análise do caso concreto, convocando-a para, em dia, hora e local certos, firmar o compromisso arbitral.

Parágrafo único. Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá a outra parte propor a demanda de que trata o art. 7º desta Lei, perante o órgão do Poder Judiciário a que, originariamente, tocara o julgamento da causa ou perante a Câmara de Arbitragem, que expediu a comunicação pautada neste artigo, operando-se a concordância tácita da outra parte.



Art. 22-C .....

§1º No cumprimento da carta arbitral será observado o segredo de justiça, desde que comprovada a confidencialidade estipulada na arbitragem.

§2º As câmaras de arbitragem poderão realizar convênio para com o CNJ objetivando acesso aos sistemas disponibilizados ao judiciário, dentre estes, o de expropriação de bens.

Art. 31º A sentença arbitral, produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário e, sendo condenatória, constitui título executivo, devendo seu cumprimento ser procedido perante à própria Câmara de Arbitragem.”

**Art. 3º** O art. 515º do Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 515.....

§1º Nos casos dos incisos VI, VIII e IX, o devedor será citado no juízo cível para o cumprimento da sentença ou para a liquidação no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º .....

§3º No caso do inciso VII, o devedor será citado no juízo arbitral para cumprimento da sentença ou para liquidação no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Diversos estudos apontam que historicamente o Judiciário brasileiro é um dos mais demandados do mundo. Segundo dados extraídos do relatório anual do CNJ, “Justiça em números – 2023”. Foram 17.779.509 (dezessete milhões, setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e nove) de processos distribuídos no ano de 2022, com um número de processos julgados de 16.673.746 (dezesseis milhões seiscentos e setenta e três mil, setecentos e quarenta e seis). Além desses, existem em estoque outros 63.745.282 (sessenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e dois) processos em estoque, no 1º grau de jurisdição.

Para tentar diminuir esse contingente de demandas e dar celeridade aos litígios existentes na sociedade brasileira é que foi aprovada em 1996 a Lei da Arbitragem. São quase trinta anos de sua vigência e vimos que, apesar dos progressos, nosso Poder Judiciário continua sendo muito demandado e não tem sido célere nas resoluções dos conflitos ali julgados.



Dentre os principais problemas, destaca-se a taxa de congestionamento das execuções fiscais e extrajudiciais: 88,4% das execuções fiscais e 87,7% das execuções extrajudiciais se encontram congestionadas. Acerca das execuções fiscais, o supracitado relatório do CNJ destaca: “O tempo de giro do acervo desses processos é de 7 anos e 7 meses, ou seja, mesmo que o Judiciário parasse de receber novas execuções fiscais, ainda seria necessário todo esse tempo para liquidar o acervo existente”.

Assim, verificamos que, tratando-se de processos judiciais em primeiro grau, o período para que um processo de conhecimento seja julgado é de 02 (dois) anos. Uma execução demora em torno de 04 anos e 06 meses, nas Varas Estaduais, que concentram a maioria dos processos. Por fim, os casos de execuções, fiscais e extrajudiciais, são 52% de todo o volume de processos judiciais em atividade.

Desta forma, justifica-se o presente Projeto de Lei, a fim de permitir, aprimorar a Lei de Arbitragem, com o fim de prover e capacitar as Câmaras de Arbitragem para processamento e escoamento de tais procedimentos de execução, permitindo e visando uma diminuição do estoque de processos judiciais e diminuição no prazo para trâmite das demandas no 1º grau de jurisdição.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputado **TIÃO MEDEIROS**  
PP/PR





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199609-23;9307">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199609-23;9307</a>
<b>LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105</a>

**FIM DO DOCUMENTO**